

Consulta do CNJ recebe sugestões sobre Metas da Justiça em 2020

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu na sexta-feira (18/10) consulta pública para receber sugestões da sociedade sobre o que deve ser priorizado pelos tribunais brasileiros no próximo ano. As propostas de Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2020 estão acessíveis no Portal do órgão até o dia 28 de outubro.

O formulário permite sugestão de metas nos cinco ramos de Justiça (estadual, federal, trabalho, eleitoral e militar), como também do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) – em questionário único ou um segmento por vez. A intenção é conhecer e superar os desafios da Justiça considerados mais urgentes pelo cidadão brasileiro.

Celeridade processual - O CNJ realiza a consulta pública sobre as Metas para o Judiciário desde 2017. Essa etapa foi criada com a Portaria CNJ n. 114/2016, que fixou as diretrizes do processo participativo na formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Atualmente, tramitam no Judiciário 78 milhões de processos. Para o exercício de 2019, os tribunais aprovaram oito Metas Nacionais, com o intuito de dar mais celeridade e eficiência ao andamento das ações judiciais.

A Meta 2, por exemplo, tem como objetivo identificar e julgar os processos judiciais mais antigos, de maneira a atender a previsão constitucional da duração razoável do processo na Justiça e reduzir o estoque de processos.

Além dessa meta, também têm sido priorizadas iniciativas que dizem respei-



to aos processos sobre improbidade administrativa, crimes contra a Administração Pública e casos relacionados ao feminicídio. Também estão no foco dos tribunais as iniciativas que visem impulsionar o julgamento de ações coletivas e que aumentem os casos solucionados por conciliação.

Votação e aprovação - As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam um compromisso firmado, anualmente, pelos presidentes dos tribunais

brasileiros em prol do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Cada ramo de Justiça apresenta as próprias sugestões de Metas Nacionais durante as chamadas reuniões preparatórias. Com base nessas sugestões, o CNJ consolida as propostas que ficam durante alguns dias disponíveis para avaliação pública. Posteriormente, as Metas são votadas e aprovadas durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário. O próximo Encontro Nacional do Poder Judiciário está previsto para os dias 25 e 26 de novembro.

Além das propostas de metas, a pesquisa aberta pelo CNJ busca saber quais temas seriam importantes para o processo de formulação das Metas Nacionais para 2021, que será realizado em 2020. Acesse o questionário no link <https://www.cnj.jus.br/metas-nacionais-2020/> (Fonte: CNJ)



Informamos que constam da biblioteca desta Seccional clássicos da literatura jurídica, livros que embora publicados há vários anos, continuam sendo obras de referência para os novos trabalhos sobre as matérias de que tratam.

Apresentamos uma dessas obras:

O alagoano Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda (1892 — 1979) é dos mais importantes juristas brasileiros de todos os tempos. Estudou Direito na Faculdade do Recife, onde se bacharelou em 1911, com 19 anos.

Além da literatura jurídica, tem obras publicadas nos campos da matemática, da sociologia, da psicologia, da política, da poesia, da filosofia, e em alemão, francês, espanhol e italiano. Publicou mais de 300 obras no Brasil e no exterior.

Em uma entrevista concedida em 13 de março de 1978, declarou que apesar de considerarem o Tratado de Direito Privado a sua melhor obra, pessoalmente, preferia seu Tratado das Ações, distribuído em 10 volumes.

A biblioteca desta Seccional dispõe do Tomo II do Tratado das ações, em cujo texto o autor conceitua e analisa as ações declarativas e descreve seus tipos. A obra foi publicada em São Paulo, em 1971, pela Revista dos Tribunais, e contém 414 páginas.

Autor de influência alemã, Pontes de Miranda fez contribuições originais ao direito brasileiro, nos ramos da Teoria Geral do Direito, Filosofia do Direito, Direito Constitucional, Direito Internacional Privado, Direito Civil, Direito Comercial e Direito Processual Civil.

A parte mais numerosa de sua imensa é a bibliografia jurídica, instruída pela concepção científica do Direito, pelo progresso científico, pela liberdade, pelo humanismo, pela visão poética, pelo antitotalitarismo, pelo senso da democracia, pela inspiração filosófica e pela preocupação ética. Mais interessado na questão metodológica do que na epistemológica, foi um realista, que pugnou pela cientificidade do Direito e da Filosofia

Foi professor honoris causa da Universidade de São Paulo, da Universidade do Brasil, da Universidade do Recife, da Universidade Federal de Alagoas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Santa Maria (RS). E desembargador do antigo Tribunal de Apelação do Distrito Federal, além de embaixador na Colômbia.

É considerado o parecerista mais citado na jurisprudência brasileira. Sua vasta biblioteca pessoal atualmente integra o acervo do Supremo Tribunal Federal. Desde a década de 1990, suas obras estão sendo atualizadas e retornando ao mercado editorial brasileiro, publicadas por diversas editoras.

Foi eleito em 8 de março de 1979 para a cadeira 7 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo ao também jurista Hermes Lima.

Confira os destaques do programa Inteiro Teor desta semana

Para ser submetido à cirurgia de readequação sexual, que pode ser feita por indivíduo transgênero, é necessário que o paciente receba medicação específica. Recentemente, uma paciente trans recorreu ao TRF1 para receber os medicamentos da União por não ter a requerente condições de arcar com o tratamento, e o desfecho dessa história você vê no programa Inteiro Teor desta semana.

Conheça também o acordo firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) que permitiu a integração entre o Processo Judicial Eletrônico (PJe) e a plataforma Consumidor.gov e confira a cobertura da palestra com foco no mal de Alzheimer realizada pelo TRF1 no intuito de alertar a todos sobre problemas decorrentes do envelhecimento.

Encerrando a edição, o TRF1 promoveu uma oficina sobre meditação, e os detalhes da iniciativa estão no Inteiro Teor. O objetivo do evento foi esclarecer aos participantes como levar mais qualidade de vida e bem-estar ao ambiente de trabalho, contribuindo para maior produtividade.

O programa vai ao ar na TV Justiça no próximo sábado, 26 de outubro, às 11h, e será reprisado no domingo, dia 27, também às 11h. Após a exibição na TV, o Inteiro Teor fica disponível no canal do TRF1 no YouTube. (Fonte: TRF1)

CJF aprova relatório de inspeção ordinária do TRF1 e calendário de inspeções para 2020

Na sessão ordinária do dia 22 de outubro, realizada em Brasília, o Colegiado do Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou por unanimidade o relatório de inspeção ordinária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), realizada entre os dias 6 e 17 de maio.

A inspeção do TRF1, realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, consistiu em diagnosticar os indicadores de distribuição, produtividade, tramitação ajustada, conclusão dos feitos junto à Corte e das metas processuais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foram solicitadas preliminarmente estatísticas processuais aos gabinetes dos desembargadores federais e às unidades processantes, bem como a listagem dos processos do Tribunal para a seleção de amostra.

O percentual de produtividade do Tribunal foi de 80,72%, considerando-se que foram julgados 108.016 processos no período de março de 2018 a fevereiro de 2019, o que aponta um índice de acúmulo processual de 19,28%.

Aniversariantes

Hoje: Cecília Souza Guimarães (10ª Vara), Fernanda Simões Elias (Jequié), Lucimária Casaes Cerqueira Santos (4ª Vara), Marcos Roberto Cardoso e Rosângela Moreira Da Silva (ambos da Servit Serviços). **Amanhã:** Carolina Moraes de Oliveira Matos (Ilhéus). **Domingo:** Amauri Fontes Nascimento (NUBES), Joelma de Jesus Nascimento (NUCJU), Lorena Cruz Fernandes de Vasconcelos (Itabuna), Jackson William Barbosa Sacramento dos Santos (16ª Vara), Thayssa Santos Noronha (Itabuna) e Tirza Natiele Almeida Matos (Vitória da Conquista). **Segunda-feira:** Ana Carolina Saraiva Bartolomeu Matias (2ª Vara), Joilton Pimenta da Silva (NUASG), Andréia Ferreira Nabuco (24ª Vara), Tiago Andrade Santos (Jequié), Washington Cleber Ferreira Campos (Teixeira de Freitas), Ilma da Silva Nascimento (Pro-Social), Eron Pereira Luz e Priscila Mello (ambos da SERVIT Serviços).

Parabéns!